



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**  
Estado do Rio Grande do Sul  
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**PUBLICAÇÃO: JORNAL NH**  
**Edição: 18/12/2008**  
**PÁGINA: 18**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**  
Estado do Rio Grande do Sul  
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**LEI MUNICIPAL nº 1.924/2008, de 16 de dezembro de 2008.**

**Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Novo Hamburgo para o exercício de 2009, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:**

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º:** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do município de Novo Hamburgo para o exercício de 2009, compreendendo o orçamento anual referente aos poderes municipais, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público municipal.

**Art. 2º:** A receita total é estimada no mesmo valor da despesa total em R\$ 431.555.072,00 (Quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e dois reais), dos quais R\$ 293.416.424,00 (duzentos e noventa e três milhões, quatrocentos e dezesseis mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) são recursos do tesouro e R\$ 138.138.648,00 (cento e trinta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais) são recursos de outras fontes dos órgãos e entidades da administração indireta, inclusive dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público municipal.

**Art. 3º:** A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos e das demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, conforme discriminação constante do Anexo I, e dados consolidados a seguir, expressos em moeda corrente nacional:

**Receitas Correntes:** R\$ 385.350.181,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, cento e oitenta e um reais).

a) **Receita Tributária:** R\$ 76.018.834,00 (setenta e seis milhões, dezotto mil, oitocentos e trinta e quatro reais);

b) **Receita Contribuições:** R\$ 24.747.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais);

c) **Receita Patrimonial:** R\$ 13.573.840,00 (treze milhões, quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta reais);

d) **Receita de Serviços:** R\$ 46.278.900,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos reais);

e) **Transferências Correntes:** R\$ 213.633.244,00 (duzentos e treze milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e quatro reais);

f) **Outras Receitas Correntes:** R\$ 11.098.363,00 (onze milhões, noventa e oito mil, trezentos e sessenta e três reais);

**II - Receitas de Capital:** R\$ 32.842.891,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais)

a) **Operações de Crédito:** R\$ 19.600.244,00 (dezanove milhões, seiscentos mil, duzentos e quarenta e quatro reais);

b) **Alienação de Bens:** R\$ 1.005.000,00 (um milhão, cinco mil reais);

c) **Amortização de Empréstimos:** R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais);

d) **Transferências de Capital:** R\$ 10.497.587,00 (dez milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais);

e) **Outras Receitas de Capital:** R\$ 925.060,00 (novecentos e vinte e cinco mil, sessenta reais);

**III - Receitas Correntes Intra-Orçamentárias:** R\$ 41.804.000,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e quatro mil reais);

a) **Receita de Contrib. Intra-orçamentárias:** R\$ 41.795.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais);

b) **Outras Rec. Intra-Orçament:** R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

**IV - Dedução da Receita de Transferência Corrente:** R\$ 28.442.000,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais).

**Art. 4º:** A despesa para o exercício de 2009 é fixada em R\$ 431.555.072,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e dois reais), em valores consolidados em 31 de agosto de 2008, e será realizada segundo a discriminação constante dos quadros anêxos, com distribuição por funções e órgãos, segundo as fontes de recursos, e que fazem parte integrante da presente Lei.

**Art. 5º:** O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do artigo 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º:** Atendendo ao disposto no artigo 56 da Lei Federal nº 4.320/64, o recolhimento das receitas do tesouro, ressalvadas aquelas cujas peculiaridades exijam tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em restrição observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada a fragmentação para criação de caixas paralelos.

**Art. 7º:** A programação com recursos oriundos de operações de crédito internas e novos projetos, objetos de análise e aprovação pelos agentes financiadores, Câmara Municipal e Senado Federal, darão início a realização das despesas após cumprimento de todas as disposições legais vigentes.

**Art. 8º:** Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do § 8º do artigo 165 da Constituição Federal, e na forma do que dispõem os artigos 7º e 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - abrir crédito suplementar para atender despesas relativas à aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente, até o limite recebido;

II - abrir crédito suplementar com saldo de recursos vinculados não utilizados no exercício antecedente, até o limite do saldo bancário livre;

III - abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

IV - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa total autorizada;

V - realizar em qualquer mês do exercício, operações de crédito por antecipação de receita e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado na Constituição Federal;

VI - remanejar dotações orçamentárias de recursos de convênios vinculados de projetos ou atividades diversas, desde que integrantes do mesmo vínculo.

**Parágrafo único:** Excluem-se do limite fixado pelo inciso IV do artigo 8º desta Lei os créditos adicionais suplementares que decorram de leis municipais específicas aprovadas no curso do exercício, que tiverem como fontes os recursos provenientes de operações de crédito, transferências voluntárias e convênios a fundo perdido, recursos próprios das entidades supervisionadas, e a suplementação para os seguintes grupos de despesa: pessoal civil e encargos previdenciários e sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida e sentenças e ordens judiciais, bem assim ações preconizadas pela Lei Municipal nº 1.305/2005, de 30 de setembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006-2009, e das outras providências e pela Lei Municipal nº 1.902/2008, de 15 de outubro de 2008, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2009 e das outras providências.

**Art. 9º:** Os créditos suplementares referentes ao orçamento do Poder Legislativo e autarquias obedecerão limite semelhante ao estabelecido no inciso IV do artigo 8º, e seu parágrafo único, desta Lei, para as suplementações do Poder Executivo.

**Art. 10º:** A abertura de créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis para atender as despesas neles previstas, conforme o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, e na Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO.

**Art. 11º:** Os créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro de 2008, ao serem reabertos, na forma do § 2º do artigo 167 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com as classificações adotadas na presente Lei.

**Art. 12º:** Na execução orçamentária, a discriminação e o remanejamento de elementos em cada grupo de despesa dos projetos, atividades e operações especiais, independente de formalização específica, serão efetuados através de registros contábeis, diretamente no sistema de informática pela Secretaria da Fazenda - SEMFA.

**§ 1º:** A discriminação da despesa de que trata o caput deste artigo será feita em cada projeto, atividade ou operação especial, por fonte de recurso, categoria econômica e modalidade de aplicação, podendo a mesma ser alterada por inclusão de elemento, acréscimo ou redução de valores em grupo de despesa constante da presente Lei.

**§ 2º:** Para efeito informativo a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAN disponibilizará a cada órgão titular de dotações orçamentárias o respectivo detalhamento das despesas por elemento, após a sanção da presente lei e através do sistema orçamentário e financeiro, durante todo o exercício.

**Art. 13º:** Para efeito das alterações orçamentárias de que trata a Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO, observar-se-á o seguinte:

I - será considerada crédito especial a inclusão de novos projetos, atividades ou operações especiais nas unidades orçamentárias, sendo necessária a autorização legislativa específica para sua abertura;

II - os créditos suplementares englobam a inclusão de fonte de recurso, modalidade de aplicação e grupo de natureza da despesa ou acréscimo no valor de projeto, atividade ou operação especial, serão feitos através de decretos do Poder Executivo.

**Art. 14º:** Os ajustes de valores nas dotações de um mesmo projeto, atividade ou operação especial aprovados na presente Lei e em seus créditos especiais, respeitadas as fontes de recursos, serão formalizados através de portaria conjunta dos Secretários Municipais da Fazenda e de Planejamento e Gestão, em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO.

**Art. 15º:** As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenhamento da despesa, observados os valores fixados para cada grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos, e as disposições contidas nos artigos 12 e 13 da presente Lei.

**Art. 16º:** O Poder Executivo Municipal estabelecerá normas para a realização da despesa, inclusive a programação financeira para o exercício de 2009, onde fixará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, a fim de obter o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica vigente.

**Art. 17º:** O orçamento anual, objeto da presente Lei, corresponde na íntegra ao orçamento fiscal estabelecido na Lei Orgânica de Novo Hamburgo, de 1990, e obedece ao disposto na Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO.

**Art. 18º:** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir 1º de janeiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2008.

**JAIR HENRIQUE FOSCARINI** - Prefeito Municipal

**EDISON SIQUEIRA LEMOS**

Secretário da Fazenda

**SILVIA REGINA M. DOS SANTOS**

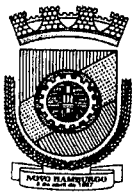
Secretária de Planejamento e Gestão

Registre-se e Publique-se  
**JOÃO ALBERTO ANTÔNIO** - Secretário de Administração

OBS: A Lei Municipal nº 1.924/2008, na sua íntegra, encontra-se à disposição na Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAN, 9º do Centro Administrativo Leopoldo Petry, na Rua Guia Lopes, nº 4.201, Bairro Candelas.

\*Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente - Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA\*

**"Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente"**  
**"Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA"**

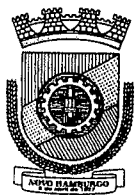


**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**  
Estado do Rio Grande do Sul  
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**ERRATA**


**LEI MUNICIPAL nº 1924/2008, publicado no Jornal NH, edição do dia 18/12/2008, página 18, na linha 14, leia-se “((Quatrocentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e cinco mil e setenta e dois reais.”, e não como constou.**

*17*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**  
Estado do Rio Grande do Sul  
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**PUBLICAÇÃO: JORNAL NH**  
**Edição: 20/12/2008**  
**PÁGINA: 25**

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**  
Estado do Rio Grande do Sul  
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

**ERRATA**

LEI MUNICIPAL nº 1924/2008, publicado no Jornal NH, edição do dia 18/12/2008, página 18, na linha 14, leia-se: "Quatrocentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e dois reais," e não, como constou.

"Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente" Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA"